

Anexo III - Programas de Governo - Diagnóstico / Objetivos / Indicadores

Plano Plurianual 2018 - 2021

Programa de Governo:

0009 - Londrina Mais Assistência Social

Órgão:

25 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina
Eixo Estratégico: Eixo I - Promoção Humana e Qualidade de Vida
Órgão: 25 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Programa:

0009 - Londrina Mais Assistência Social

Tipo de Programa:

Programa Finalístico

Contextualização:

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) executa a Política de Assistência Social no Município de Londrina amparada pela Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, alterada pela Lei 12.435/2011.

Conforme estabelecido nessas legislações, a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado, sendo Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais. Ela é uma política pública implementada por meio de um conjunto integrado de iniciativas do poder público e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades sociais.

A implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS em 2005 reafirma a Assistência Social como uma política pública de caráter universal, tendo como diretrizes a participação, o controle social e a descentralização político-administrativa.

O SUAS agrega três funções essenciais: a proteção social, a defesa social e institucional e a vigilância socioassistencial. No tocante à proteção social, esta política deve garantir a segurança de rendimento que implica na garantia de uma forma financeira de assegurar sobrevivência a todos, independentemente de limitações para o trabalho ou do desemprego. A segurança de acolhida opera com a provisão às necessidades humanas, desde os direitos à alimentação e ao vestuário até ao abrigo, essenciais para a vida em sociedade. A segurança de convívio corresponde ao resgate dos vínculos sociais, considerando as dimensões multicultural, intergeracional, interterritorial, intersubjetivas, entre outras.

A proteção social organiza-se por níveis de complexidade, temos a proteção social básica e a proteção social especial de média e alta complexidade. Estas possuem, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, as seguintes modalidades de serviço: na proteção social básica, temos o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) - desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Na proteção social especial de média complexidade temos: o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) - desenvolvido nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, o Serviço Especializado em Abordagem Social, o Serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade, o Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias, e o Serviço Especializado para pessoas em situação de rua. Na proteção social especial de alta complexidade temos: os Serviços de Acolhimento Institucional, de acolhimento em república, de acolhimento em Família Acolhedora; de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Além dos serviços descritos, a Política de Assistência Social também atua com benefícios, programas e projetos. No âmbito dos programas, o Município de Londrina atua com o Programa de Aprendizagem Profissional, desenvolvendo os Programas Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola, o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS / TRABALHO e o Aprimora Rede, propostos pelo Governo Federal.

No campo dos projetos, Projeto de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva, com duas modalidades, a Modalidade I relativa à Qualificação socioprofissional - formação e capacitação, contando com a atuação de 02 entidades parceiras; e a Modalidade II - voltada ao Fortalecimento de Iniciativas Coletivas de Trabalho e Renda, desenvolvendo o Programa Municipal de Economia Solidária.

No rol dos benefícios sociais estão o Programa Bolsa Família - PBF, o Programa Municipal de Transferência de Renda e os benefícios eventuais. A Assistência Social, em âmbito municipal, também contempla beneficiários do BPC, de responsabilidade federal.

A vigilância socioassistencial se refere ao conhecimento de vulnerabilidades sociais da população, bem como dos territórios nesta condição, a partir da produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados da incidência dessas situações sobre indivíduos e famílias nos diferentes ciclos de vida.

A defesa social e institucional implica na garantia do direito do usuário de acesso à proteção social básica e especial e ao pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Um dos eixos estruturantes da política de Assistência Social na formatação do SUAS é a territorialização. No município de Londrina, a Secretaria Municipal de Assistência Social atua considerando esse eixo, conta atualmente com dez territórios, sendo que cada um deles possui uma unidade de CRAS, a saber: Territórios Norte A, Norte B, Sul A, Sul B, Leste, Rural, Oeste A, Oeste B, Centro A e Centro B. Os CRAS são unidades públicas estatais de referência da Proteção Social Básica, que além de desenvolverem o serviço PAIF, juntamente com os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV (com 17 entidades e 28 unidades de atendimento - em duas modalidades, conforme faixa etária e dois Centros de Convivência para Idosos) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, compõem a rede de serviços socioassistenciais desse nível de proteção.

O Município conta, ainda, com serviços na Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Na Média Complexidade o Centro POP, também unidade pública estatal, contempla os serviços de referência para população em situação de rua - o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; e as três unidades de CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social - o CREAS II, o CREAS III e o CREAS IV, também mantidos integralmente pelo poder público, que desenvolvem o serviço PAEFI, como referências para atendimento às situações de violação de direitos, sendo que o CREAS II atende, ainda, o Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas sócio educativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Também é desenvolvido, em parceria com entidade da rede não governamental, o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e Suas Famílias.

Na Alta Complexidade, a rede de serviços de Londrina conta com Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (4 entidades, 11 unidades - nas modalidades de Casa Lar, Abrigo Institucional e Casa de Passagem); Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos (10 entidades, 12 unidades - nas modalidades de Abrigo Institucional, Casa de

Passagem, ILPI, Casa de Apoio e Residência Inclusiva); e Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Essa rede se volta ao atendimento às famílias e indivíduos que se constituem em público da política de Assistência Social no Município.

Vale ressaltar que a cobertura do programa Bolsa Família é de 61,82% em relação à estimativa de pobreza do município. Esta estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O município está abaixo da meta de atendimento do programa. Este mesmo relatório apontou que o foco da gestão municipal deve ser na realização de ações de busca ativa para localizar famílias que estão no perfil do programa e ainda não foram cadastradas. Esta é uma das questões a serem enfrentadas pelo município, especialmente com a contratação de equipes, viabilização de estrutura, implantação / ampliação de alcance dos serviços, programas e projetos.

No acompanhamento das famílias inseridas no Programa Bolsa Família, uma das exigências legais é o cumprimento das condicionalidades nas áreas de Assistência Social, saúde e educação. A gestão das condicionalidades deve representar para estas políticas processos de avaliação de seu alcance e efetividade no atendimento aos direitos desse público. Entretanto, as famílias que descumprem as contrapartidas podem sofrer efeitos gradativos, que variam desde uma advertência, passando pelo bloqueio e suspensão do benefício quando o descumprimento é reiterado, até seu cancelamento em casos específicos. Esses efeitos são considerados sinalizadores de possíveis vulnerabilidades das famílias, pois demonstram que elas não estão exercendo seus direitos sociais básicos à saúde e à educação, determinando a priorização dessas famílias no Acompanhamento Familiar realizado pelas equipes da Assistência Social no município. Dessa forma, há a necessidade de aprimoramento do trabalho social com famílias no escopo da atuação da política de Assistência Social.

Além dos dados do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, o município dispõe, em relação à população atualmente atendida pela Política de Assistência Social de dados provenientes da sistematização realizada no âmbito da Vigilância Socioassistencial, uma das funções da política, disponíveis no sistema IRSAS - Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social e informações advindas dos Mapas Falados e Oficinas Territorializadas de Leitura e Análise de dados realizados em todos os territórios do município no primeiro trimestre do ano de 2017.

Os territórios são, muitas vezes, extensos geograficamente e concentram grandes diferenças. De modo geral, as principais desproteções sociais que afetam as famílias nos territórios são as seguintes: violência contra a mulher; violência contra o idoso, relacionada à exploração financeira; violência contra a criança e ao adolescente; violência doméstica; adolescentes envolvidos com o ato infracional; exploração sexual; tráfico; gravidez na adolescência; rixas entre os bairros e domínio territorial de alguns grupos, dificultando acesso aos serviços; controle pelo tráfico, muita violência psicológica marcada pela crueldade; mendicância; prostituição; violência nos territórios; alto índice de homicídios de adolescentes e jovens; trabalho infantil; alto número de pessoas em situação de rua e necessidade de melhoria do atendimento a esse público; alto índice de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; habitações precárias e muitas ocupações, inclusive mocós e presença de moradores de rua.

As famílias atendidas pela política de Assistência Social muitas vezes apresentam fragilidade de vínculos familiares e comunitários, bem como fragilidade de renda. Há alto número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Nas oficinas territorializadas, realizadas em todos os territórios de abrangência da política de Assistência Social, com participação da rede socioassistencial e de usuários, foi possível a

construção de uma matriz de percepção do território para cada região, o que contribuiu para identificar as principais questões afetas à política de Assistência Social no conjunto das regiões do município, subsidiando a construção das ações e iniciativas para este Plano Plurianual - PPA.

Essa identificação proporcionou um olhar amplo que considera as percepções dos trabalhadores e dos usuários. Percebe-se nos territórios, de modo geral, o envelhecimento da população, com grande número de idosos morando sozinho, idosos cuidando de outros idosos e, ainda, idosos com dificuldade de acessar os serviços, muitas vezes devido à dificuldade de locomoção, transporte e distância / ausência dos serviços, o que nos aponta uma demanda para implantação, aprimoramento e qualificação das ações que considerem as necessidades e especificidades da população idosa. Isto também se configura como preocupação em relação à pessoa com deficiência, considerando-se inclusive as necessidades específicas desse público e seus cuidadores.

Foi possível identificar, ainda, que as demandas relacionadas à necessidade de serviços, programas e projetos direcionados às crianças e adolescentes são presentes em todos os territórios de Londrina. Há uma preocupação evidente com a necessidade emergente de ações voltadas a este público, visto que se observa um alto índice de violação de direitos contra crianças e adolescentes, a presença de muitos adolescentes sendo apreendidos pelo tráfico, envolvidos com roubo e exploração sexual associada ao tráfico, crianças e adolescentes em defasagem/evasão escolar ou muitas vezes sem atividades no território. Os relatos apontam tais fatos associados à insuficiência de atendimento direcionado às crianças e adolescentes. Dessa forma, indicam a necessidade de ampliação de ofertas de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV o que é reforçado pelas unidades prestadoras desse serviço, que perceberam o aumento da procura por vaga, como impacto da instituição de atendimento de meio período nas unidades de Educação Infantil; e, ainda, de ampliação de unidades de atendimento e vagas no programa de Aprendizagem Profissional para Adolescentes.

O empobrecimento da população, de modo geral, também foi citado pelos trabalhadores e usuários da política de Assistência Social. É percebido o aumento da procura por atendimento nas unidades do CRAS por famílias que antes não buscavam a política de Assistência Social e, afetadas pelo desemprego e informalidade, passaram a buscar. Dessa forma, percebe-se a necessidade de reordenamento da política no que concerne às metodologias de trabalho com famílias, valores e quantidade dos benefícios disponíveis, bem como revisão dos critérios de atendimento, potencializando o trabalho do CRAS / CREAS e a atuação do PAIF / PAEFI voltado para a prevenção e o trabalho coletivo. Neste âmbito há demandas que apontam a necessidade de reajuste do valor do PMTR e do cupom de alimentação, necessidade de aumento dos mercados credenciados que aceitem o benefício, principalmente na região central. Além da necessidade de espaços para realização de atividades em grupo nos diversos territórios.

Outras demandas que surgiram deste processo são quanto à necessidade de investimento com a finalidade de proporcionar condições para acesso das famílias atendidas pela política de Assistência Social aos serviços, programas, projetos por meio da garantia do vale transporte ou ao próprio transporte. Esse fato se deve à insuficiência de equipamentos públicos e serviços nos territórios, indicando a necessidade de investimento em ampliação da cobertura descentralizada da política de Assistência Social em várias de suas intervenções.

Para a população adulta observa-se, especificamente, a necessidade de maior oferta de cursos profissionalizantes descentralizados nos territórios possibilitando o acesso das famílias. Outra

demanda é a geração de renda, por meio do investimento em pontos de comercialização e produção de Economia Solidária nos territórios e de cursos de formação profissional.

As demandas apontadas pelo conjunto de usuários e trabalhadores da Assistência Social nos territórios de Londrina corroboram com objetivos e ações propostos no Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente 2016/2026 e com questões já indicadas em Conferências Municipais, tanto de Assistência Social como de outras políticas, e no Plano Municipal de Assistência Social. Além da ampliação da cobertura dos serviços, programas, projetos e benefícios, também se aponta a necessidade de sua qualificação, dotando-os da estrutura necessária e condições para que possam atender com qualidade à população. Neste sentido, uma das principais necessidades é a regularização de três unidades de CRAS (CRAS Sul A, CRAS Oeste B e CRAS Rural), com a contratação de equipes de referência formadas por servidores estatutários. Também se faz necessária a ampliação e o aprimoramento da política de Assistência Social, a fim de que possa assegurar, de fato, a proteção social que lhe é atribuída como função, seja no tocante às ofertas públicas governamentais, seja às ofertas da rede socioassistencial não governamental, havendo destaque, além das ampliações já mencionadas, também para a necessidade de implantação / ampliação de serviços de relevância como o Centro Dia, a Residência Inclusiva e a República.

Também se faz relevante neste contexto a ampliação da capacidade de gestão desta política, com aprimoramento de suas condições gerenciais, de coordenação, de integração e de articulação em rede, bem como o cumprimento da função da Vigilância, com aperfeiçoamento constante de seus instrumentos, como é o caso do Sistema IRSAS (Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social), para garantia de todas as provisões afetas a esta política, sejam elas serviços, programas, projetos ou benefícios.

Tudo isto, tendo como premissa o exercício da democracia, com participação e controle social, o que pressupõe que se assegure as condições para pleno funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social e divulgação permanente dos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social, bem como dos direitos da população, como forma de viabilização de acesso e construção de novos patamares de convivência social em que o atendimento às necessidades da população não se submeta aos ditames econômicos.

Objetivo Geral:

Assegurar a Assistência Social como dever do Estado e direito de quem dela necessitar.

Objetivos Específicos:

- Ampliar, qualificar e manter os serviços, programas e projetos da Política de Assistência Social;
- Ampliar e aprimorar a proteção social ofertada pela Política de Assistência Social;
- Gerenciar a política de Assistência Social, exercendo a coordenação do SUAS; e
- Aprimorar a democratização da Política de Assistência Social.

Indicadores do Programa:

Nome: Número de benefícios socioassistenciais ofertados.

Gerente: Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social - Gisele Cássia Tavares

Metodologia: Somatória anual da quantidade dos benefícios ofertados pelo Programa Municipal de Transferência de Renda – PMTR e dos cupons alimentação, chegando a 5595 ao final de quatro anos.

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade de Medida: Unidade

Índice de Referência: 4.231 benefícios

Data de apuração: Julho / 2017

Índice Anual Desejado:

2018	2019	2020	2021
4.231	4.685	5.139	5.595

Periodicidade: Anual

Público-alvo: Famílias atendidas pela política de assistência social

Vínculo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1 - Erradicação da Pobreza

Nome: Valor monetário dos benefícios socioassistenciais

Gerente: Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social – Gisele Cássia Tavares.

Metodologia: Somatória anual do valor dos benefícios dos Programas socioassistenciais, a partir de R\$ 100,00, tendo como meta o valor de R\$ 211,08 ao final dos quatro anos.

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

Índice de Referência: R\$ 100,00

Unidade de medida: R\$

Data de apuração: Julho / 2017

Índice Anual Desejado:

2018	2019	2020	2021
127,77	155,54	183,31	211,08

Periodicidade: Anual

Público-alvo: Famílias atendidas pela política de assistência social.

Vínculo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1 - Erradicação da Pobreza

Nome: Número de vagas nos SCFV do Município

Gerente: Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social - Gisele Cássia Tavares

Metodologia: Somatória anual do número de vagas dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do município tendo como meta 900 vagas a mais ao final dos quatros anos

Fonte: Conselho Municipal de Assistência Social

Unidade de medida: Unidades

Índice de Referência: 3.130

Data de apuração: Julho/2017

Índice Anual Desejado:

2018	2019	2020	2021
3.130	3.430	3.730	4.030

Periodicidade: Anual

Público-alvo: Crianças e Adolescentes

Vínculo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1 - Erradicação da Pobreza.

Anexo III - Programas de Governo - Diagnóstico / Objetivos / Indicadores

Plano Plurianual 2018 - 2021

Programa de Governo:

0010 - Londrina Mais Cidadania para Crianças e Adolescentes

Órgão:

25 - Secretaria Municipal de Assistência Social

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES**Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Londrina****Eixo Estratégico: Eixo I - Promoção Humana e Qualidade de Vida****Órgão: 25 - Secretaria Municipal de Assistência Social****Programa:****0010 - Londrina Mais Cidadania para Crianças e Adolescentes****Tipo de Programa:**

Programa Finalístico

Contextualização:

Por sua especial condição de pessoas em desenvolvimento, e por força de tratados internacionais assumidos pelo Brasil, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, refletidos na Constituição Federal de 1988, (artigo 227, regulamentado pela Lei Federal nº 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e leis complementares), crianças e adolescentes têm direito à proteção integral, para o seu perfeito desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e social, o qual lhes deve ser assegurada com absoluta prioridade, pelo Estado, pela família e pela sociedade. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas, e d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (Art. 4º do ECA).

A Constituição Federal de 1988 e o ECA trouxeram inúmeros avanços no campo da garantia de direitos, especialmente no que diz respeito à proteção prioritária e integral de crianças, adolescentes e jovens. Os direitos que devemos assegurar às crianças e adolescentes, elencados no artigo 227 da Constituição e no artigo 4º do ECA são: vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, devendo as crianças e adolescentes serem protegidos de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Londrina tem, segundo o último Censo Demográfico de 2010, um contingente de 81.475 crianças (0 a 11 anos), o que representa 16,08% da população total, e 48.333 adolescentes (9,54%). Somando os dois grupos, chega-se a 25,62% de crianças e adolescentes, ou seja, um contingente populacional de 129.808 pessoas que, conforme já apontado, é merecedor de prioridade absoluta na formulação e execução das políticas públicas municipais.

Cabe ao Sistema de Garantia de Direitos (SGD), disposto o artigo 86 do ECA e na Resolução 113/2006 do CONANDA, promover, defender e controlar a efetivação desses direitos para todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, garantindo a devida averiguação e reparação decorrente de violações. A articulação é a palavra chave do SGD para a promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. Para tanto, se faz necessária uma ação conjunta e coordenada entre poder público e sociedade civil, organizada em entidades que os representem. Os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil que integram esse Sistema deverão exercer suas funções em rede a partir de três eixos estratégicos de ação:

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

1) Eixo da Defesa dos Direitos Humanos: reúne órgãos públicos judiciais; ministério público, especialmente as promotorias de justiça, as procuradorias gerais de justiça; defensorias públicas; advocacia geral da união e as procuradorias gerais dos estados; polícias; conselhos tutelares; ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social;

2) Eixo da Promoção dos Direitos: a política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através de três tipos de programas, serviços e ações públicas: 2.1) Serviços e programas das políticas públicas, especialmente das políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes; 2.2) Serviços e programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos e; 2.3) Serviços e programas de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas; 3) Eixo do Controle e Efetivação do Direito: realizado através de instâncias públicas colegiadas próprias, tais como: 3.1) conselhos dos direitos de crianças e adolescentes; 3.2) Conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas, e 3.3) Os órgãos e os poderes de controle interno e externo definidos na Constituição Federal. Além disso, de forma geral, o controle social é exercido soberanamente pela sociedade civil, por meio das suas organizações e articulações representativas.

Assim, a atenção integral a este público exige ações transversais, planejadas e articuladas entre as várias políticas públicas municipais, de modo a formar uma rede de proteção que integre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. A somatória das várias políticas municipais resulta na Política Municipal de Atenção à Criança e ao Adolescente. Imprescindível que haja articulação entre as três esferas de governo, somando-se esforços e recursos para a obtenção dos resultados.

Dentre os vários instrumentos criados nacionalmente, desde a instituição do ECA, para nortear as prioridades das políticas e ações de promoção dos direitos deste público, estão os planos e programas temáticos, como o Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o Plano de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, o Plano de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, o Plano da Primeira Infância, o Plano de Atendimento Socioeducativo, o Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens, e o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seguindo as orientações nacionais, Londrina tem se empenhado na elaboração e implantação desses planos. O Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Londrina, elaborado entre 2014 e 2016 sob a coordenação do CMDCA, com a participação das várias políticas públicas afetas à área, governamentais e não governamentais, aprovado pelo CMDCA em dezembro de 2016, é o instrumento que visa efetivar a Doutrina da Proteção Integral às crianças e adolescentes de Londrina. Reúne os princípios, as diretrizes, os eixos norteadores, os objetivos estratégicos, as ações e as metas que deverão nortear a Política Municipal de Atenção às Crianças e Adolescentes num período de dez anos, ou seja, de 2017 a 2026.

O Plano Decenal, elaborado com base em 6 (seis) grandes eixos, a saber: Direito à Vida e à Saúde; Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer; Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; Fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente oferece, portanto, os subsídios para a elaboração desde Programa, que tem por objetivo garantir os direitos de nossas crianças e

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

adolescentes por meio das políticas públicas municipais. Em outras palavras, estas ações promovem e articulam a implantação ou implementação de programas e serviços de atendimento voltados a sua proteção integral, o que implica também na oferta de serviços de atenção e/ou orientação às famílias. Este programa, para alcance de vários de seus propósitos, carece da forte atuação das políticas setoriais: saúde, educação, cultura, assistência social, políticas para as mulheres, agricultura e abastecimento, meio ambiente, esporte e lazer, transporte, profissionalização, habitação, segurança pública. Cada uma dessas políticas possui, ainda, grandes desafios, traduzidos em objetivos, ações e metas para a próxima década, com prazos de realização projetados para curto, médio e longo prazo dentro desse período. Aquelas previstas para os próximos quatro anos integram este Programa, tendo sido organizadas em 6 (seis) objetivos correspondentes a cada um dos eixos do referido plano decenal, os quais se desdobram em ações e iniciativas que serão desenvolvidas pelo conjunto das políticas envolvidas.

O propósito de se contar com um programa especificamente voltado à criança e ao adolescente, nesse contexto, é o de destacar esse público no conteúdo do PPA, alertando para a necessidade de acompanhamento de vários indicadores, afetos às várias políticas municipais que desenvolvem a ação pública voltada a este segmento populacional e às suas famílias. Além disto, este programa acolhe as ações de manutenção do Conselho Tutelar (cinco unidades), as atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e a gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), agrupados no tocante ao fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), tudo isto com o propósito de se assegurar absoluta prioridade a este público na efetivação de ações de proteção integral e de defesa dos direitos dos munícipes em condição peculiar de desenvolvimento, de forma articulada e integrada, por meio de órgãos públicos setoriais e organizações não governamentais. Parte das metas estabelecidas no Programa, especialmente aquelas que não possuem vinculação direta e específica com políticas setoriais, têm sua viabilização condicionada à arrecadação do Fundo Municipal, à transferência de recursos do Fundo Estadual (FIA-PR) e às deliberações do CMDCA.

Objetivo Geral:

Afirmar o compromisso de atenção, com prioridade absoluta, às crianças e adolescentes, garantindo seus direitos e de suas famílias, universalizando o acesso às políticas públicas, para combater as violações de direitos e conferir-lhes uma vida digna.

Objetivos Específicos:

Fortalecer as instituições e os operadores do Sistema de Garantia de Direitos afetos à esfera municipal.

Indicadores do Programa:

Nome do indicador: Número de oferta do serviço de acolhimento familiar

Gerente: Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social - Gisele Cássia Tavares

ANEXO III - PROGRAMAS DE GOVERNO - DIAGNÓSTICO / OBJETIVOS / INDICADORES

Metodologia: Somar anualmente a quantidade de famílias acolhedoras nos territórios tendo como meta ao final de 04 anos 126 famílias acolhedoras.

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência social

Unidade de Medida: Unidade

Índice de Referência: 03

Data de Apuração: Julho/2017

Índice Anual Desejado:

2018	2019	2020	2021
33	66	96	126

Periodicidade: Anual

Público-Alvo: Crianças e Adolescentes com Direitos Violados

Vínculo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1- Erradicação da Pobreza

Nome do Indicador: Número de capacitações realizadas para os conselheiros tutelares

Gerente: Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social – Gisele Cássia Tavares

Metodologia: Soma das horas / aulas de capacitações realizadas pelos conselheiros tutelares municipais anualmente

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade de Medida: Hora / aula

Índice de Referência: 12

Data de Apuração: Julho/2017

Índice Anual Desejado:

2018	2019	2020	2021
20	40	40	40

Periodicidade: Anual

Público-Alvo: Conselheiros tutelares

Vínculo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 16 - Paz Justiça e Instituições Fortes.

MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2018 - 2021
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DOS OBJETIVOS E AÇÕES

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
114	Município	Readequação e modernização da estrutura física e de equipamentos - Secretaria de Cultura	Estrutura e equipamentos readequados	5.058	13	392	2018	unidade	3.0	0,00	20.000,00	20.000,00
							2019		3.0	0,00	10.000,00	10.000,00
							2020		3.0	0,00	10.000,00	10.000,00
							2021		4.0	0,00	50.000,00	50.000,00
Total da Ação									0,00	90.000,00	90.000,00	

Iniciativas gerenciais:

Aquisição de equipamentos de processamento de dados e Softwares

Aquisição de veículos de tração mecânica

Readequação da estrutura física da Secretaria

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
118	Município	Manutenção das despesas de custeio - Secretaria de Cultura	Custeio mantido	6.055	13	392	2018	global	100.0	0,00	7.880.000,00	7.880.000,00
							2019		100.0	0,00	8.410.000,00	8.410.000,00
							2020		100.0	0,00	9.001.000,00	9.001.000,00
							2021		100.0	0,00	9.580.000,00	9.580.000,00
Total da Ação									0,00	34.871.000,00	34.871.000,00	

Iniciativas gerenciais:

Manutenção do Pessoal - Atividades da Secretaria

Manutenção dos contratos administrativos

Manutenção das atividades da Secretaria

Manutenção e conservação dos próprios municipais integrantes da Secretaria Municipal de Cultura

Capacitação de servidores

Contratação de servidores

Orgão: 25 - Secretaria Municipal de Assistência Social												
Programa: 9 - Londrina Mais Assistência Social												
Eixo: 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida												
Objetivo: Ampliar, qualificar e manter os serviços, programas e projetos da Política de Assistência Social												
Instrumento Base: Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conferência de Assistência Social 2015 e Plano Municipal de Assistência Social												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
127	Município	Viabilização e ampliação de estrutura física e de equipamentos - PSB	Estrutura e equipamentos viabilizados	5.063	08	244	2018	unidade	2014.0	2.554.000,00	26.000,00	2.580.000,00
							2019		2015.0	2.577.000,00	11.000,00	2.588.000,00
							2020		2014.0	2.577.000,00	11.000,00	2.588.000,00
							2021		2015.0	2.577.000,00	12.000,00	2.589.000,00
Total da Ação									10.285.000,00	60.000,00	10.345.000,00	

Iniciativas gerenciais:

Construção de CRAS

Reforma / ampliação / adequação de unidade da economia Solidária e Inclusão Produtiva

Construção de unidade de Proteção Social Básica - PSB

Reforma / ampliação / adequação de unidades de multiuso da política de assistência social e outras

Reforma / ampliação / adequação de unidade de PSB

Construção unidade de produção, comercialização de produtos e prestação de serviços-Economia.Solidária


Adequação das estruturas físicas e de equipamentos (normas de acessibilidade)

Viabilização e manutenção de estrutura necessária à atuação das equipes volantes. (5 equipes)

Construção de unidades de multiuso para as equipes da política de assistência social e outras

Aquisição de equipamentos e materiais permanentes - PSB

Implantação de espaços lúdicos nas unidades da PSB



MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2018 - 2021
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DOS OBJETIVOS E AÇÕES

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
128	Município	Viabilização e ampliação de estrutura física e de equipamentos - PSE	Estrutura e equipamentos viabilizados	5.064	08	244	2018	unidade	505.0	1.267.000,00	26.000,00	1.293.000,00
							2019		506.0	1.567.000,00	8.000,00	1.575.000,00
							2020		508.0	2.567.000,00	10.000,00	2.577.000,00
							2021		506.0	1.567.000,00	8.000,00	1.575.000,00
Total da Ação									6.968.000,00	52.000,00	7.020.000,00	

Iniciativas gerenciais:

Construção de Casa de Passagem para População Indígena
 Construção de Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
 Construção de unidade de Proteção Social Especial - PSE
 Reforma / ampliação / adequação de PSE
 Adequação das estruturas físicas, equipamentos e materiais (normas de acessibilidade)
 Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a Proteção Social Especial
 Implantação de espaços lúdicos nas unidades da PSE
 Construção de Centro Dia
 Construção de unidade de Residência Inclusiva

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
132	Município	Manutenção das despesas de custeio - PSB	Custeio mantido	6.061	08	244	2018	global	100.0	3.343.000,00	11.145.000,00	14.488.000,00
							2019		100.0	4.716.000,00	9.576.000,00	14.292.000,00
							2020		100.0	4.668.000,00	9.889.000,00	14.557.000,00
							2021		100.0	4.668.000,00	10.165.000,00	14.833.000,00
Total da Ação									17.395.000,00	40.775.000,00	58.170.000,00	


Iniciativas gerenciais:

Garantia do atendimento às especificidades e peculiaridades do público da rede socioassistencial
 Manutenção de serviços, programas e projetos da PSB
 Cofinanciamento dos serviços, programas e projetos de proteção social básica
 Ampliação do alcance e iniciativas do Programa Municipal de Economia Solidária e da Inclusão Produtiva
 Manutenção do pagamento de pessoal e encargos sociais
 Desenvolvimento de Programas de Aprendizagem que priorizam adolescentes e jovens em maior desproteção social
 Reordenamento / aprimoramento dos serviços, programas e projetos da Proteção Social Básica e Especial
 Garantia de acesso ao atendimento na Política de Assistência Social
 Produção de orientações técnicas para qualificação dos serviços de Proteção Social Básica e Especial
 Contratação de servidores(as) para regularização de três unidades de CRAS - PSB
 Contratação de servidores(as) para unidades da PSB
 Manutenção da estrutura de cadastramento, concessão e de gestão dos benefícios
 Ampliação do número de atendimentos de SCFV nas regiões do Município
 Elaboração de planejamento setorial e intersetorial do processo de acompanhamento familiar
 Ampliação do serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas
 Garantia das condições necessárias ao processo de acompanhamento das famílias
 Contratação de equipes volantes para atendimento a regiões de difícil acesso à população
 Apoio a outros órgãos da estrutura do Municipal no desenvolvimento de atividades afetas à Política Assistência Social
 Ampliação dos programas de aprendizagem e capacitação profissional para adolescentes
 Apoio à rede socioassistencial de PSB na aquisição de equipamentos e materiais permanentes
 Manutenção de estrutura necessária à atuação das equipes volantes

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
133	Município	Manutenção da despesa de custeio - PSE	Custeio mantido	6.062	08	244	2018	global	100.0	4.837.000,00	7.244.000,00	12.081.000,00
							2019		100.0	6.453.000,00	6.732.000,00	13.185.000,00
							2020		100.0	7.214.000,00	6.738.000,00	13.952.000,00
							2021		100.0	6.554.000,00	7.090.000,00	13.644.000,00
Total da Ação									25.058.000,00	27.804.000,00	52.862.000,00	

Iniciativas gerenciais:

Manutenção do pagamento pessoal e encargos sociais
 Atendimento a situações de calamidade e emergência afetas à assistência social



MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2018 - 2021
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DOS OBJETIVOS E AÇÕES

Reordenamento e aprimoramento dos serviços, programas e projetos da PSE
 Garantia de acesso ao atendimento na Política de Assistência Social
 Produção de orientações técnicas para qualificação dos serviços de PSB e PSE
 Contratação de servidores(as) para unidades da PSE
 Apoio a outros órgãos da estrutura do Município no desenvolvimento de atividades afetas à Política de Assistência Social
 Manutenção e aprimoramento do espaço denominado "Centro de Referência e Cultura Indígena"
 Ampliação do alcance do serviço de PSE para pessoas com deficiência e idosos e suas famílias
 Ampliação do horário de funcionamento da Abordagem Social
 Ampliação do número de vagas em acolhimento institucional
 Implantação de Residência Inclusiva
 Implantação de Centro Dia
 Viabilização de sede para o serviço de acolhimento familiar
 Implantação de República para jovens e adultos
 Elaboração de planejamento setorial e intersetorial do processo de acompanhamento familiar
 Apoio à rede socioassistencial de PSE na aquisição de equipamentos e materiais permanentes
 Garantia do atendimento às peculiaridades do público atendido na rede socioassistencial
 Manutenção de serviços, programas e projetos da PSE
 Cofinanciamento dos serviços, programas e projetos de proteção social especial

Orgão: 25 - Secretaria Municipal de Assistência Social												
Programa: 9 - Londrina Mais Assistência Social												
Eixo: 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida												
Objetivo: Ampliar e aprimorar a proteção social ofertada pela Política de Assistência Social												
Instrumento Base: Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conferência de Assistência Social 2015 e Plano Municipal de Assistência Social												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
129	Município	Aquisição de equipamentos para a gestão do Cadastro Único	Equipamentos adquiridos	5.065	08	244	2018	unidade	250,0	101.000,00	1.000,00	102.000,00
							2019		250,0	30.000,00	1.000,00	31.000,00
							2020		250,0	30.000,00	1.000,00	31.000,00
							2021		250,0	30.000,00	1.000,00	31.000,00
Total da Ação										191.000,00	4.000,00	195.000,00

Iniciativas gerenciais:

Aquisição de equipamentos e materiais permanentes - gestão de benefícios socioassistenciais

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
135	Município	Manutenção e ampliação dos Benefícios da Política de Assistência Social	Benefícios mantidos	6.064	08	244	2018	global	100,0	512.000,00	6.271.000,00	6.783.000,00
							2019		100,0	544.000,00	7.272.000,00	7.816.000,00
							2020		100,0	544.000,00	7.726.000,00	8.270.000,00
							2021		100,0	480.000,00	8.136.000,00	8.616.000,00
Total da Ação										2.080.000,00	29.405.000,00	31.485.000,00

Iniciativas gerenciais:

Ampliação da cobertura do Benefício Municipal de Transferência de Renda para adolescentes
 Ampliação do valor do Benefício Municipal de Transferência de Renda
 Ampliação do valor dos benefícios eventuais
 Incremento do benefício eventual auxílio funeral
 Viabilização de condições de acesso dos usuários ao Cadastro Único e benefícios
 Manutenção da estrutura de cadastramento, concessão e de gestão dos benefícios
 Implantação de Central(is) e unidades itinerantes de atendimento do Cadastro Único
 Manutenção da guarda subsidiada - PSE
 Manutenção dos Benefícios afetos ao Acolhimento Familiar
 Manutenção do Benefício Municipal de Transferência de Renda
 Ampliação da cobertura do benefício para famílias habilitadas ao acolhimento familiar
 Manutenção dos Benefícios Eventuais
 Ampliação do valor dos benefícios relativos ao serviço de acolhimento familiar
 Ampliação da cobertura dos benefícios eventuais
 Contratação de servidores(as) para cadastro único e/ou gestão de benefícios

MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2018 - 2021
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DOS OBJETIVOS E AÇÕES

Orgão:	25 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Programa:	9 - Londrina Mais Assistência Social
Eixo:	1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida
Objetivo:	Gerenciar a política de assistência social, exercendo a coordenação do SUAS
Instrumento Base:	Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conferência de Assistência Social 2015 e Plano Municipal de Assistência Social

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
120	Município	Viabilização de estrutura física e de equipamentos - Órgão gestor da Política de Assistência Social	Estrutura e equipamentos viabilizados	5.059	08	244	2018	unidade	101.0	212.000,00	7.000,00	219.000,00
							2019		151.0	212.000,00	3.000,00	215.000,00
							2020		152.0	712.000,00	8.000,00	720.000,00
							2021		150.0	12.000,00	4.000,00	16.000,00
Total da Ação									1.148.000,00	22.000,00	1.170.000,00	

Iniciativas gerenciais:

Construção de unidade(s) administrativa(s) para a Secretaria Municipal de Assistência Social

Reforma / ampliação / adequação de unidade para a gestão da Política de Assistência Social

Aquisição de equipamentos e materiais permanentes

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
121	Município	Manutenção das despesas de custeio - Gestão da Política de Assistência Social	Custeio mantido	6.057	08	244	2018	global	100.0	530.000,00	21.494.000,00	22.024.000,00
							2019		100.0	530.000,00	22.841.000,00	23.371.000,00
							2020		100.0	530.000,00	24.599.000,00	25.129.000,00
							2021		100.0	530.000,00	26.220.000,00	26.750.000,00
Total da Ação									2.120.000,00	95.154.000,00	97.274.000,00	

Iniciativas gerenciais:

Manutenção das atividades administrativas, de coordenação geral da Política e de Gestão do SUAS

Aprimoramento da estrutura da SMAS com manutenção / implantação de áreas essenciais

Manutenção de pagamento de pessoal - Gestão SMAS

Manutenção do pagamento pessoal - PSE

Manutenção do pagamento pessoal - PSB

Contratação de servidores(as) para a gestão da política

Contratação de servidores(as) para garantia das condições necessárias ao funcionamento do CMAS

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
130	Município	Viabilização da estrutura física e equipamentos para a Gestão do SUAS	Estrutura e equipamentos viabilizados	5.066	08	244	2018	unidade	24.0	69.000,00	0,00	69.000,00
							2019		12.0	17.000,00	2.000,00	19.000,00
							2020		13.0	18.000,00	3.000,00	21.000,00
							2021		13.0	18.000,00	4.000,00	22.000,00
Total da Ação									122.000,00	9.000,00	131.000,00	

Iniciativas gerenciais:

Modernização dos equipamentos de tecnologia da informação - Gestão do SUAS


Aquisição de equipamentos e materiais permanentes

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
134	Município	Manutenção das Atividades de Gestão do SUAS	Atividades mantidas	6.063	08	244	2018	global	100.0	332.000,00	0,00	332.000,00
							2019		100.0	586.000,00	25.000,00	611.000,00
							2020		100.0	586.000,00	25.000,00	611.000,00
							2021		100.0	586.000,00	25.000,00	611.000,00
Total da Ação									2.090.000,00	75.000,00	2.165.000,00	

Iniciativas gerenciais:

Transposição do sistema IRSAS para o ambiente Web

Habilitação do quadro de recursos humanos ao atendimento de públicos específicos



MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2018 - 2021
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DOS OBJETIVOS E AÇÕES

Aprimoramento metodológico do acompanhamento familiar realizado pela política de assistência social
Realização de estudos e pesquisas afetos à área da assistência social
Fortalecimento dos processos de referência e contrarreferência da PSB e da PSE
Fortalecimento da construção de metodologias para atendimento: indígenas, migrantes, imigrantes, etc
Implantação da supervisão técnica e orientação psicopedagógica continuada aos trabalhadores do SUAS
Elaboração e execução de um plano de educação permanente dos trabalhadores(as) do SUAS
Sensibilização dos trabalhadores(as) do SUAS para atuação na defesa e garantia de direitos
Viabilização de estrutura organizacional para a Gestão da SMAS
Implantação de programa de prevenção de processos de adoecimento no trabalho
Manutenção de diagnóstico socioterritorial atualizado
Aprimoramento permanente do sistema IRSAS, ampliando sua utilização pela rede socioassistencial
Fortalecimento da parceria com as organizações não governamentais
Realização de eventos e capacitações integradas entre a rede governamental e não governamental
Aprimoramento da página da Secretaria Municipal de Assistência Social
Elaboração de materiais para disseminação das ações desenvolvidas pela política de assistência social
Aprimoramento da gestão da informação, sistematização e geração de indicadores e índices territorializados
Publicações em geral, edição de periódicos e cadernos de orientações da Política de Assistência Social
Viabilização de equipe para manutenção da disseminação das informações da política de assistência social
Divulgação permanente dos serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social
Aprimoramento do monitoramento e avaliação utilizando indicadores de avaliação e de resultados
Utilização da base de dados do Cadastro Único como instrumento para a Vigilância Socioassistencial
Garantia de estrutura adequada para a efetiva gestão do SUAS

Orgão: 25 - Secretaria Municipal de Assistência Social												
Programa: 9 - Londrina Mais Assistência Social												
Eixo: 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida												
Objetivo: Aprimorar a democratização da Política de Assistência Social												
Instrumento Base: Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conferência de Assistência Social 2015 e Plano Municipal de Assistência Social												
Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
126	Município	Viabilização de equipamentos e estrutura física para o funcionamento do CMAS	Estrutura e equipamentos viabilizados	5.062	08	244	unidade	2018	12.0	11.000,00	1.000,00	12.000,00
								2019	12.0	13.000,00	1.000,00	14.000,00
								2020	13.0	14.000,00	1.000,00	15.000,00
								2021	13.0	14.000,00	1.000,00	15.000,00
Total da Ação										52.000,00	4.000,00	56.000,00

Iniciativas gerenciais:

Aquisição de equipamentos e materiais permanentes

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
131	Município	Fomento ao exercício do controle social e à participação na gestão da política pública de Assistência Social	Participação aumentada	6.060	08	244	global	2018	100.0	114.000,00	0,00	114.000,00
								2019	100.0	267.000,00	104.000,00	371.000,00
								2020	100.0	167.000,00	59.000,00	226.000,00
								2021	100.0	267.000,00	104.000,00	371.000,00
Total da Ação										815.000,00	267.000,00	1.082.000,00

Iniciativas gerenciais:

Promoção de campanhas relativas à política de assistência social
Edição de periódicos, impressos e material gráfico afetos à assistência social
Implementação e manutenção de espaços e canais de feedback nos serviços da Assistência Social
Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social e suas atividades
Manutenção de banco de dados sobre a rede inscrita
Realização de processos de capacitação para conselheiros municipais de assistência social
Criação de canais de comunicação para divulgações acerca da política de Assistência Social
Garantia de apoio técnico às atividades do Conselho
Manutenção da Secretaria Executiva do CMAS
Implantação do plano de comunicação sobre direitos e a política de assistência social
Realização das conferências municipais, pré-conferências e audiências públicas
Implantação de conselhos descentralizados de assistência social.

MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2018 - 2021
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DOS OBJETIVOS E AÇÕES

Orgão: 25 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Programa: 10 - Londrina Mais Cidadania para Crianças e Adolescentes
Eixo: 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida
Objetivo: Fortalecer as instituições e os operadores do Sistema de Garantia de Direitos afetos à esfera municipal
Instrumento Base: Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
122	Celular	Viabilização da estrutura física e equipamentos para fortalecimento dos Conselhos Tutelares	Estrutura e equipamentos viabilizados	5.060	14	243	2018	unidade	1.0	171.000,00	2.000,00	173.000,00
							2019		102.0	537.000,00	3.000,00	540.000,00
							2020		53.0	637.000,00	3.000,00	640.000,00
							2021		54.0	1.037.000,00	3.000,00	1.040.000,00
Total da Ação										2.382.000,00	11.000,00	2.393.000,00

Iniciativas gerenciais:

Construção / aquisição de sede para Conselho Tutelar

Reforma / ampliação / adequação de sede de Conselho Tutelar

Aquisição de equipamentos

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
123	Município	Manutenção das despesas de custeio do Conselho Tutelar e CMDCA	Custeio mantido	6.058	14	243	2018	global	100.0	229.000,00	2.401.000,00	2.630.000,00
							2019		100.0	270.000,00	2.619.000,00	2.889.000,00
							2020		100.0	234.000,00	2.814.000,00	3.048.000,00
							2021		100.0	234.000,00	2.955.000,00	3.189.000,00
Total da Ação										967.000,00	10.789.000,00	11.756.000,00

Iniciativas gerenciais:

Realização de conferências, pré-conferências e audiências públicas afetas à criança e ao adolescente

Manutenção de Pessoal - Atividades dos Conselhos Tutelares

Manutenção das atividades dos Conselhos Tutelares

Formação continuada para conselheiros tutelares

Elaboração de materiais para disseminação de ações desenvolvidas

Promoção de campanhas relativas à política de atenção à criança e ao adolescente

Edição de periódicos, impressos e materiais gráficos afetos à política

Implantação de avaliação, monitoramento, supervisão e planejamento de curto, médio e longo prazos

Implantação de processo de avaliação, monitoramento, supervisão e planejamento do CMDCA

Realização de estudos e pesquisas afetas à política de defesa de direitos da criança e do adolescente

Manutenção das atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Contratação de servidores para Conselho Tutelar (TGP)

Contratação de servidores Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (TGP)

Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e suas atividades

Manutenção de banco de dados sobre o público, a rede cadastrada no CMDCA e destinações de recursos

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
124	Município	Viabilização da estrutura física e equipamentos para fortalecimento do CMDCA e rede de atendimento	Estrutura e equipamentos viabilizados	5.061	14	243	2018	unidade	202.0	332.000,00	0,00	332.000,00
							2019		219.0	600.000,00	10.000,00	610.000,00
							2020		218.0	600.000,00	10.000,00	610.000,00
							2021		219.0	600.000,00	10.000,00	610.000,00
Total da Ação										2.132.000,00	30.000,00	2.162.000,00

Iniciativas gerenciais:

Construção de unidade de atendimento às crianças e aos adolescentes

Reforma / ampliação / adequação de unidade de atendimento à criança e ao adolescente

Aquisição de equipamentos da rede de atendimento

Aquisição de equipamentos - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

MUNICÍPIO DE LONDRINA
PLANO PLURIANUAL 2018 - 2021
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DOS OBJETIVOS E AÇÕES

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
125	Município	Formulação e implementação da política de atendimento à criança e ao adolescente	Política implementada	6.059	14	243	2018	global	100.0	1.338.000,00	9.000,00	1.347.000,00
							2019		100.0	946.000,00	15.000,00	961.000,00
							2020		100.0	900.000,00	15.000,00	915.000,00
							2021		100.0	854.000,00	15.000,00	869.000,00
Total da Ação										4.038.000,00	54.000,00	4.092.000,00

Iniciativas gerenciais:

Formação continuada para profissionais da rede de atenção à criança e ao adolescente
 Incentivo à produção de indicadores e índices territorializados
 Apoio à rede de serviços governamental e não governamental de atendimento à criança e ao adolescente
 Elaboração / revisão de política municipal dos direitos da criança e do adolescente
 Garantia das condições para o financiamento da política de direitos pela via do FMDCA
 Desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre questões de saúde e causas de doenças e óbitos
 Desenvolvimento de políticas e ações que promovam a segurança alimentar e nutricional da população
 Ações de qualificação e melhoria das estruturas dos serviços e equipamentos de atendimento
 Combate à violação de direitos de crianças e adolescentes
 Apoio à prestação de serviços de proteção às crianças e aos adolescentes
 Fortalecimento do serviço de acolhimento familiar como alternativa ao acolhimento institucional
 Promoção do desenvolvimento pessoal e integral de crianças e adolescentes
 Fortalecimento e ampliação de programas de aprendizagem oficiais
 Apoio e ampliação dos programas de aprendizagem ofertados gratuitamente pela sociedade civil organizada
 Implantação do Conselho Mirim dos direitos da criança e do adolescente
 Fomento e promoção da política de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte
 Criação de canais diferenciados de comunicação para divulgação das informações fundamentais
 Sensibilização dos profissionais quanto aos cuidados com crianças e adolescentes especiais
 Implementação / implantação de unidade para atendimento às crianças e aos adolescentes

Orgão: 26 - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres
Programa: 11 - Londrina Mais Igualdade e Autonomia para as Mulheres
Eixo: 1 - Promoção Humana e Qualidade de Vida
Objetivo: Manter a gestão das políticas públicas para as mulheres
Instrumento Base: Relatório da VIII Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
136	Município	Readequação da estrutura física e de equipamentos - Secretaria de Políticas para as Mulheres	Estrutura e equipamentos readequados	5.067	14	422	2018	unidade	89.0	90.000,00	13.000,00	103.000,00
							2019		72.0	0,00	18.000,00	18.000,00
							2020		59.0	0,00	20.000,00	20.000,00
							2021		60.0	0,00	20.000,00	20.000,00
Total da Ação										90.000,00	71.000,00	161.000,00

Iniciativas gerenciais:

Aquisição de equipamentos e aparelhos de comunicação
 Aquisição de equipamentos para áudio, vídeo e foto
 Aquisição de máquinas, utensílios e equipamentos diversos
 Aquisição de aparelhos, equipamentos e utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar
 Aquisição de aparelhos e utensílios domésticos
 Aquisição de mobiliário em geral
 Aquisição de veículos de tração mecânica
 Aquisição de equipamentos de processamento de dados e Softwares

Ação	Local	Descrição da Ação	Produto Esperado	Projeto/Atividade/Op.	Função	Sub Função	Ano	Unidade de Medida	Meta			
									Física	Recursos - R\$		
										Vinculados	Livres	Total
140	Município	Manutenção das despesas de custeio - Secretaria de Políticas para as Mulheres	Custeio mantido	6.065	14	422	2018	global	100.0	0,00	3.498.000,00	3.498.000,00
							2019		100.0	0,00	3.713.000,00	3.713.000,00
							2020		100.0	0,00	3.943.000,00	3.943.000,00
							2021		100.0	0,00	4.189.000,00	4.189.000,00
Total da Ação										0,00	15.343.000,00	15.343.000,00